



Comunicado de Imprensa

Luxemburgo, 30 de maio de 2022

União Europeia gasta menos com o clima do que declara

A União Europeia (UE) não cumpriu o seu objetivo de gastar pelo menos 20% do orçamento para 2014-2020 com o clima, revela um relatório especial publicado hoje pelo Tribunal de Contas Europeu (TCE). A Comissão Europeia anunciou que a UE tinha alcançado a meta de 20%, com 216 mil milhões de euros gastos em ação climática. Contudo, o TCE descobriu que estas despesas nem sempre contribuíram para lutar contra as alterações climáticas e que estão avaliadas em, pelo menos, 72 mil milhões de euros a mais. O TCE receia também que, no período de 2021-2027 (em que a meta de despesa com o clima sobe para 30%), as informações comunicadas pela Comissão continuem a apresentar problemas de fiabilidade.

"A resposta às alterações climáticas é prioritária para a UE, que impôs a si mesma objetivos ambiciosos para a energia e o clima", afirma Joëlle Elvinger, Membro do TCE responsável pela auditoria. "Mas descobrimos que, entre 2014 e 2020, nem todo o dinheiro que a UE diz que gastou com o clima foi verdadeiramente útil na luta contra as alterações climáticas. É por isso que fazemos várias recomendações para a UE melhorar a associação das suas despesas aos objetivos energéticos e climáticos. Por exemplo, recomendamos que a Comissão justifique a utilidade para o clima do financiamento dado à agricultura."

Os principais domínios dos programas de despesas da UE considerados importantes para o clima são a agricultura, as infraestruturas e a coesão. A Comissão atribui coeficientes a várias componentes dos programas, de acordo com o contributo esperado para a ação climática. A comunicação de informações sobre os gastos com o clima tem falhas e, no geral, não é de confiança. O método de avaliação usado assenta em suposições e não mede o contributo final para os objetivos climáticos da UE, não havendo nenhum sistema que controle os resultados para o clima. Os coeficientes nem sempre são realistas: em alguns casos, as despesas são consideradas relevantes para o clima apesar de os projetos e regimes que apoiam terem pouco ou nenhum impacto na ação climática (por exemplo, infraestruturas em zonas rurais). Outros, são ignorados os potenciais efeitos negativos (como as emissões de dióxido de carbono).

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Especial adotado pelo Tribunal de Contas Europeu. O texto integral do documento encontra-se em www.eca.europa.eu.

ECA Press

12, rue Alcide De Gasperi – L-1615 Luxembourg

E: press@eca.europa.eu @EUAuditors eca.europa.eu

É no financiamento agrícola que as despesas com o clima são mais exageradas: segundo o TCE, em quase 60 mil milhões de euros. A Comissão comunicou que 26% deste financiamento era relevante para o clima (correspondendo a cerca de metade das despesas totais da UE em ação climática). No entanto, as emissões de gases com efeito de estufa das explorações agrícolas na União não diminuíram desde 2010. O TCE considera também que a Comissão avaliou em excesso o contributo climático dos principais subsetores do financiamento das infraestruturas e da coesão, como o transporte ferroviário, a eletricidade e a biomassa.

Aplicando coeficientes mais razoáveis, o TCE calcula que a percentagem de despesas relevantes para o clima no orçamento da UE deve rondar os 13% (cerca de 144 mil milhões de euros), em vez dos 20% comunicados. Alerta ainda para o risco de montantes previstos ou afetados poderem não ser gastos, o que poderia falsear ainda mais as despesas comunicadas com o clima.

O TCE analisou também as mudanças planeadas no controlo das despesas com o clima após 2020, para ajudar a Comissão a melhorar a comunicação de informações futura nesta área, e manifesta preocupação com a fiabilidade da mesma no período de 2021-2027. Apesar das melhorias propostas na comunicação de informações, a maior parte dos problemas identificados para 2014-2020 mantêm-se. O Instrumento de Recuperação da União Europeia (IRUE), introduzido em 2020, incorpora o princípio fundamental de "não prejudicar significativamente", o que significa que as atividades económicas não devem ameaçar os objetivos ambientais ou climáticos. Porém, o TCE pensa que o instrumento traz desafios adicionais, devido às ligações pouco claras entre pagamentos e objetivos climáticos.

Informações de base

O Relatório Especial 09/2022, *Despesas relativas ao clima no orçamento da UE para 2014-2020: os números são inferiores ao comunicado*, está disponível no [sítio Web do TCE](#). A auditoria dá seguimento a trabalhos anteriores do Tribunal neste domínio, como o [Relatório Especial 17/2013](#), o [Relatório Especial 31/2016](#) e o [Documento de Análise 01/2020](#). O [Relatório Especial 22/2021](#) assinalou também o risco de as despesas com o clima ao abrigo do IRUE não cumprirem as normas da taxonomia da UE.

Contactos para a imprensa

Serviço de imprensa do TCE: press@eca.europa.eu

- Claudia Spiti: claudia.spiti@eca.europa.eu – Telemóvel: (+352) 691 553 547
- Vincent Bourgeais: vincent.bourgeais@eca.europa.eu – Telemóvel: (+352) 691 551 502
- Damijan Fišer damijan.fiser@eca.europa.eu – Telemóvel: (+352) 621 552 224